

Este número da *Nação e Defesa* é dedicado à Segurança em África e resulta, no essencial, das comunicações apresentadas na Conferência Internacional “A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África”. Trata-se de uma conferência promovida pelo Instituto da Defesa Nacional (IDN), em parceria com o Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), realizada em 10 e 11 de outubro de 2011.

África é um tema da maior importância para os objetivos do Instituto e é, reconhecidamente, um espaço de afirmação de Portugal no Mundo. Como tal, a iniciativa teve como objetivo proporcionar um espaço de reflexão e debate, analisando os aspetos da prevenção e da resolução de conflitos, procurando prospetivar soluções abrangentes e integradas no âmbito da segurança e do desenvolvimento.

Adotou-se a metodologia de concurso em sistema *call for papers*, através da aceitação de propostas em diferentes eixos temáticos. A resposta dada por especialistas no estudo e no conhecimento do continente africano excedeu todas as expectativas.

As causas dos conflitos, a promoção da paz e o desenvolvimento sustentável em África são, sem dúvida, alguns dos principais desafios que se colocam à segurança internacional devendo, por isso, ser debatidos na sua dimensão político-estratégica.

Portugal não só possui uma longa experiência histórica e de afirmação no âmbito da sua política externa, assente no multilateralismo e na cooperação, como se encontra no pleno exercício de um importante mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas. De facto, a inserção geoestratégica de Portugal apela a uma articulação entre a centralidade da opção europeia e a vocação atlântica, que se traduz no desenvolvimento das relações com os países vizinhos e com os parceiros estratégicos, bem como no reforço da relação privilegiada com o espaço lusófono e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A guerra, como instrumento da política do Estado em oposição a outro Estado, utilizando os mesmos instrumentos, apesar de constituir um fenómeno historicamente próximo, diminuiu nas últimas décadas. É hoje visível a relevância de outros atores infra estatais e supra estatais, capazes de empregar a força e executar

operações militares, assumindo características fluidas, assimétricas, nem sempre com objetivos claramente definidos.

Este quadro de conflitualidade, aliado ao subdesenvolvimento endémico de algumas regiões e países em África, acentua a fragilidade dos Estados e das próprias sociedades o que constitui um desafio maior à paz duradoura, ao desenvolvimento sustentável e aos direitos do Homem, situação que está a comprometer os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio naquele continente.

É por isso fundamental pôr em ação a ideia de segurança cooperativa baseada na atuação das Organizações Internacionais, nomeadamente da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da União Europeia (UE) – no âmbito da construção de uma Política Comum de Segurança e Defesa – e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O continente africano, muito heterogéneo, é o que possui fenómenos de subdesenvolvimento mais críticos e constitui um mosaico riquíssimo de etnias, religiões, culturas, com problemas distintos no espaço e nas diferentes realidades. Mais de quatro décadas de independência impõem certamente uma reflexão sobre as causas dos conflitos que vá para além do passado colonial e que reconheça a importância das características do poder político dos Estados e também a forma como ele é mantido em termos da boa governação e do respeito pelo Estado de direito.

No entanto, seria injusto não reconhecer igualmente que África está hoje em plena e acelerada mutação. Assume-se como um ator cada vez mais ativo das relações internacionais, particularmente através da União Africana (UA) e das iniciativas regionais e sub-regionais, aproxima-se dos outros espaços regionais e afirma-se através de novas lideranças nacionais.

O relatório do secretário-geral das Nações Unidas, enviado ao Conselho de Segurança em agosto do ano passado, dedicado às causas dos conflitos e à promoção da paz e do desenvolvimento sustentável em África, é enfático sobre a necessidade de olhar atentamente para as oportunidades e para as diferentes realidades do continente.

Apesar dos efeitos da crise económica mundial há indicadores de esperança e de progresso. Em 2010, África registou um sólido crescimento económico – média de 4,7% depois de 2,3% em 2009, mais significativo na África subsariana do que na África do Norte – e uma melhoria nos indicadores de desenvolvimento social, particularmente nas áreas da saúde e da educação.

O referendo sobre a independência do Sudão do Sul em janeiro de 2011 e o êxito do campeonato do mundo de futebol na África do Sul, a aprovação de uma nova constituição no Quénia, a transição na Guiné e no Níger de regimes militares para sistemas democráticos de controlo civil e as mudanças em curso no Egito e na Tunísia podem estar a mudar a perceção do continente.

Acentua-se a presença das economias emergentes e a rápida transformação de África está a provocar alterações surpreendentes do espaço político e económico em que operam os países e as empresas africanas. O Brasil, a China, a Índia e a Turquia estão a modificar radicalmente as relações económicas entre África e o resto do mundo.

Diversos governos africanos fixaram como objetivo o desenvolvimento das infraestruturas em articulação com as prioridades da União Africana e da Nova Aliança para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a ajuda aos pequenos agricultores e o apoio às pequenas empresas que prestam serviços básicos às populações.

Os fenómenos da globalização são agravados em África pela insegurança alimentar, pela pobreza e pela fome endémicas, por atividades terroristas transfronteiriças, pelas questões do ambiente e da gestão dos recursos, pela expansão do radicalismo islâmico, por ramificações regionais do narcotráfico e projeção do crime organizado, pelas guerras civis, existindo forte atração migratória para os polos de desenvolvimento.

Colocam-se duas questões prementes na atualidade africana. A primeira tem a ver com a educação e a empregabilidade dos jovens. O fator essencial para a redução da pobreza e para a garantia da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável consiste em assegurar o acesso à educação e a um emprego digno. É uma questão complexa que obriga a refletir sobre as respostas coordenadas nas dimensões socioeconómicas da educação e do emprego e sobre a exclusão dos jovens dos mecanismos de participação política.

A segunda tem a ver com os conflitos relacionados com os recursos naturais. A exploração ilegal dos recursos naturais tem consequências graves para a paz, segurança e desenvolvimento de África e o comércio ilícito de recursos naturais exacerba os conflitos armados, a corrupção e a intervenção de atores externos.

Para alguns países existe a “maldição dos recursos”, isto é, a abundância de riquezas minerais e fósseis não provoca desenvolvimento mas sim o colapso económico, a corrupção, a degradação ambiental, a violação dos direitos humanos, tornando os sistemas de governação ineficazes na criação de segurança e bem-estar das populações, o que se traduz na erosão da autoridade do Estado.

África é um continente milenar, com grandes riquezas e terras férteis. O processo político e estratégico para a estruturação dos Estados de direito e dos seus instrumentos de soberania, só alcançará os seus objetivos se assentar na apropriação, na vontade e nas lideranças africanas, no *Africa Ownership*.

A liderança local dos africanos, apoiados num quadro de cooperação internacional, permitirá encontrar soluções progressivas, sustentadas e duradouras para as crises e conflitos num quadro abrangente de segurança e desenvolvimento. Mas também nunca será demais lembrar que a institucionalização das tarefas multid-

mensionais do Estado de direito é fundamental para a inversão das atuais situações de fragilidade de alguns Estados e sociedades em África.

Este número da *Nação e Defesa*, para além dos artigos temáticos sobre a segurança em África, incorpora duas visões de diplomatas russos sobre a política de segurança e defesa da Federação Russa e sobre a futura evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O penúltimo artigo analisa a região fronteiriça entre o Afeganistão e Paquistão, focando-se nas estratégias e repertórios (ou práticas) dos atores locais, como exemplos de mobilização transnacional que transcende as instituições formais de ambos os Estados.

Conclui-se esta *Nação e Defesa* com uma revisitação crítica dos conceitos de geopolítica e geoestratégia.

Vítor Rodrigues Viana